

ALUISIO GONÇALVES
DE CASTRO MENDES

Ações coletivas

e meios de resolução coletiva de conflitos
no direito comparado e nacional

JOSÉ CARLOS BARBOSA MOREIRA
Prefácio

LUIZ GUILHERME MARINONI
Apresentação

4.º edição
revista, atualizada e ampliada

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

347.12
M538
4.ed.

AÇÕES COLETIVAS
E MEIOS DE RESOLUÇÃO COLETIVA DE CONFLITOS
NO DIREITO COMPARADO E NACIONAL
 ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES

4.^a edição
 revista, atualizada e ampliada

1.^a edição: 2002; 2.^a edição: 2010; 3.^a edição: 2012.
 (vol. 4 da col. *Temas Atuais de Direito Processual Civil*)



© desta edição [2014]

EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA.

MARISA HARMS
Diretora responsável

Rua do Bosque, 820 – Barra Funda
 Tel. 11 3613-8400 – Fax 11 3613-8450
 CEP 01136-000 – São Paulo, SP, Brasil

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

CENTRAL DE RELACIONAMENTO RT
 (atendimento, em dias úteis, das 8 às 17 horas)
 Tel. 0800-702-2433

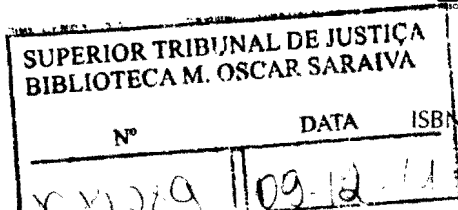
e-mail de atendimento ao consumidor: sac@rt.com.br

Visite nosso site: www.rt.com.br

Impresso no Brasil [09-2014]

Profissional

Fechamento desta edição [01.09.2014]



ISBN 978-85-203-5620-3

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	11
PREFÁCIO À 1. ^a EDIÇÃO – JOSÉ CARLOS BARBOSA MOREIRA	13
APRESENTAÇÃO À 1. ^a EDIÇÃO – LUIZ GUILHERME MARINONI	17
INTRODUÇÃO	25

PARTE I

UMA TENTATIVA DE DEFINIÇÃO PARA AS AÇÕES COLETIVAS E O PAPEL DA TUTELA COLETIVA

1. UMA TENTATIVA DE DEFINIÇÃO PARA AS AÇÕES COLETIVAS.....	29
2. O PAPEL DAS AÇÕES COLETIVAS NO CONTEXTO SOCIOJURÍDICO DO MUNDO CONTEMPORÂNEO	33
2.1 As ações coletivas e o acesso à Justiça	35
2.2 As ações coletivas como medida de economia judicial e processual.....	38
2.3 As decisões contraditórias proferidas em processos individuais e as ações coletivas: o princípio da igualdade diante da lei e a (falta de) segurança jurídica.....	41
2.4 As ações coletivas como instrumento para o equilíbrio das partes no processo	42
2.5 As ações coletivas como instrumento para o cumprimento do direito material.....	43

PARTE II

AS AÇÕES COLETIVAS NO DIREITO COMPARADO

3. INGLATERRA.....	49
3.1 Evolução histórica	49
3.2 O ressurgimento das ações coletivas, o relatório Woolf e o novo Código de Processo Civil para a Inglaterra e País de Gales	54
4. ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA	65
4.1 Evolução histórica	65
4.2 As <i>class actions</i> no direito contemporâneo	73

4.2.1	A estrutura da Regra 23	74
4.2.2	Pré-requisitos para a <i>class action</i>	75
4.2.2.1	A parte representativa deve integrar a classe	75
4.2.2.2	Numerosidade e inviabilidade do litisconsórcio	76
4.2.2.3	Existência de questões comuns de fato ou de direito	77
4.2.2.4	Identidade de pretensões ou defesas entre representante e a classe	77
4.2.2.5	Representação adequada	80
4.2.3	As espécies de <i>class actions</i>	83
4.2.3.1	As ações de classe para compatibilidade de conduta – <i>Rule 23(b)(1)(A)</i>	83
4.2.3.2	As ações de classe da <i>Rule 23(b)(1)(B)</i>	86
4.2.3.3	As ações de classe da <i>Rule 23(b)(2)</i>	87
4.2.3.4	A ação de classe em razão de questão comum ou indenizatória: a <i>Rule 23(b)(3)</i>	88
5.	ITÁLIA	95
5.1	Antecedentes históricos	95
5.2	O papel da doutrina italiana	96
5.3	As ideias precursoras de Mauro Cappelletti	97
5.3.1	A realidade contemporânea e os novos interesses coletivos	97
5.3.2	A necessidade de adequação do direito processual à exigência de tutela dos interesses coletivos	98
5.3.3	As concepções processuais e as dificuldades políticas e psicológicas para a superação da visão tradicionalista	99
5.3.4	As maiores dificuldades jurídicas para a realização do acesso à Justiça dos interesses coletivos	99
5.3.4.1	Legitimação	100
5.3.4.2	As garantias processuais dos membros ausentes	101
5.3.4.3	Os limites subjetivos e objetivos da coisa julgada	101
5.3.4.4	A necessidade de provimentos adequados para a tutela dos interesses coletivos	102
5.4	A obra de Vincenzo Vigoriti	102
5.5	O quadro evolutivo e atual das ações coletivas na Itália	105
6.	ALEMANHA	113
6.1	Visão geral	113
6.2	As <i>Verbandsklagen</i> (ações associativas)	116
6.3	O <i>Musterverfahren</i> (procedimento-padrão):	122

6.3.1	O <i>Musterverfahren</i> (processo-modelo) da Jurisdição Administrativa e da Previdência e Assistência Social.....	124
6.3.2	O <i>Musterverfahren</i> (procedimento-padrão) dos litígios relacionados ao mercado de capitais (KapMuG).....	125
6.3.2.1	A fase de admissibilidade da instauração do procedimento-padrão (<i>Musterverfahren</i>)	125
6.3.2.2	Processamento do procedimento-padrão (<i>Durchführung des Musterverfahrens</i>)	127
6.3.2.3	Eficácia da decisão-padrão (<i>Wirkung des Musterentscheids</i>).....	130
7.	PORTUGAL.....	133
7.1	Interesses difusos.....	133
7.2	O tratamento constitucional.....	134
7.3	A produção legislativa infraconstitucional	135
7.4	A ação popular (coletiva) portuguesa.....	138
8.	CANADÁ.....	143
9.	FRANÇA.....	151
10.	ESPANHA.....	155
11.	AUSTRÁLIA	161
12.	NOTÍCIA SOBRE AS AÇÕES COLETIVAS EM OUTROS PAÍSES.....	167
12.1	Argentina	167
12.2	Israel.....	169
12.3	China.....	172
13.	O CÓDIGO MODELO IBERO-AMERICANO E AS DIRETIVAS DA UNIÃO EUROPEIA	177
13.1	O Código Modelo (ou Tipo) de Processo Civil Ibero-americano.....	177
13.2	As Diretivas da União Europeia.....	179
13.3	O Código Modelo de Processos Coletivos da Ibero-América	184
14.	SÍNTESE E CONCLUSÕES DO DIREITO COMPARADO.....	189
14.1	A espécie de previsão e o âmbito de eficácia dentro do ordenamento jurídico.....	190
14.2	<i>Legitimatío ad causam</i>	191
14.3	Os interesses coletivos e as espécies cabíveis de prestação jurisdicional	193
14.4	Os sistemas de vinculação (<i>opt-in</i> , <i>opt-out</i> e eficácia <i>secundum eventum litis</i>)....	194

PARTE III AÇÕES COLETIVAS NO BRASIL

15.	EVOLUÇÃO HISTÓRICA	199
-----	--------------------------	-----

15.1	O desenvolvimento inicial das ações coletivas no Brasil.....	199
15.2	A construção do sistema atual do direito processual coletivo.....	201
15.3	Os anteprojetos de Código Brasileiro de Processos Coletivos e o Projeto de nova Lei da Ação Civil Pública.....	208
15.4	A nova Lei do Mandado de Segurança Individual e Coletivo.....	210
16.	INTERESSES OU DIREITOS DIFUSOS, COLETIVOS E INDIVIDUAIS HOMO- -GÊNEOS	213
16.1	A definição dos conceitos por lei.....	213
16.2	Os interesses	214
16.3	Interesses públicos, privados e sociais.....	216
16.4	Os interesses ou direitos	217
16.5	Parâmetros para a interpretação legal.....	218
16.6	Interesses difusos e coletivos (<i>stricto sensu</i>): interesses essencialmente co- letivos (<i>lato sensu</i>)	220
16.6.1	A definição legal	221
16.6.2	O caráter essencialmente coletivo: unitariedade	222
16.6.3	Os aspectos distintivos entre interesses difusos e coletivos: deter- minação das pessoas e existência de vínculo	228
16.7	Interesses individuais homogêneos: interesses acidentalmente coletivos – A defesa coletiva dos direitos individuais.....	230
17.	COMPETÊNCIA	233
17.1	Generalidades	233
17.2	Critérios de determinação	235
17.3	Modo de definição (<i>iter</i>)	236
17.4	Competência concorrente, relativa e absoluta.....	238
17.5	A competência para as ações coletivas na Lei da Ação Civil Pública e no Código de Defesa do Consumidor.....	241
17.6	A competência no Projeto da nova Lei da Ação Civil Pública.....	248
18.	LEGITIMAÇÃO PARA AGIR NAS AÇÕES COLETIVAS	251
18.1	<i>Legitimatío ad causam</i>	251
18.2	A natureza da legitimação nas ações coletivas.....	254
18.3	Os sistemas de legitimação para as ações coletivas e os órgãos e pessoas legitimadas no direito brasileiro	256
18.4	A legitimação do Ministério Público	258
18.5	Associações e sindicatos	261
18.6	A situação do indivíduo diante dos interesses coletivos: inafastabilidade da prestação jurisdicional e legitimação extraordinária	264
18.7	A Defensoria Pública	267
18.8	A legitimação nos anteprojetos de Código Brasileiro de Processos Coletivos	268

18.9	A legitimação no Projeto de nova Lei da Ação Civil Pública.....	269
19.	LITISPENDÊNCIA E COISA JULGADA	271
19.1	Generalidades	271
19.2	A litispendência e a coisa julgada diante do art. 104 do Código de Defesa do Consumidor.....	272
19.3	Os efeitos do julgamento nas ações coletivas	276
19.4	A inconstitucionalidade do art. 2.º-A da Lei 9.494/1997	277
19.5	A litispendência e a coisa julgada na nova Lei do Mandado de Segurança Individual e Coletivo	280
19.6	A litispendência e a coisa julgada no Projeto da nova Lei da Ação Civil Pública	282
20.	LIQUIDAÇÃO, CUMPRIMENTO DE JULGADO E EXECUÇÃO	285
20.1	A necessidade de novos rumos para o processo coletivo e para a execução: a instrumentalidade e a efetividade do processo	285
20.2	As possibilidades em termos de sentença favorável aos direitos individuais homogêneos no direito vigente	286
20.3	A melhor interpretação para o art. 95 do Código de Defesa do Consumidor	287
20.4	Prescrição	288
20.5	Juros.....	291
20.6	O Código Modelo de Processos Coletivos para os países ibero-americanos	293
20.7	As diretrizes no Projeto da nova Lei da Ação Civil Pública e o processo sincrético	295
21.	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS (IRDR)	297
21.1	As origens e funções do instituto: a group litigation order do direito inglês e o Musterverfahren do direito alemão.....	297
21.2	Panorama geral do incidente de resolução de demandas repetitivas.....	299
21.3	Condições para a instauração do incidente de resolução de demandas repetitivas, legitimados e intervenção do Ministério Público	299
21.4	Cadastro no Banco de Registros dos incidentes de resolução de demandas repetitivas	300
21.5	Admissibilidade do incidente e suspensão dos processos individuais	301
21.6	Julgamento do incidente de resolução de demandas repetitivas	302
21.7	Suspensão nacional dos processos individuais.....	303
21.8	Aplicação da tese jurídica aos processos individuais e reclamação	303
21.9	Preferência para o julgamento e efeito suspensivo para os recursos especial e extraordinário contra a decisão proferida no incidente.....	305
22.	SÍNTESE E CONCLUSÕES DO DIREITO NACIONAL	307
	BIBLIOGRAFIA	315

ANEXOS

I – INGLATERRA E PAÍS DE GALES – PART 19 – PARTIES AND GROUP LITIGATION.....	343
II – ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA – RULE 23. CLASS ACTIONS.....	347
III – ITÁLIA – DECRETO LEGISLATIVO 6 SETTEMBRE 2005, N. 206	353
IV – ALEMANHA	359
V – PORTUGAL – LEI N. 83/1995, DE 31 DE AGOSTO	389
VI – CANADÁ – O CASO WESTERN CANADIAN SHOPPING CENTRES INC. V. DUTTON, [2001] 2 S.C.R. 534, 2001 SCC 46.....	399
VII – IBERO-AMÉRICA – CÓDIGO MODELO DE PROCESSOS COLETIVOS PARA IBERO-AMÉRICA.....	417
VIII – UNIÃO EUROPEIA	427
IX – BRASIL – PROJETO DA NOVA LEI DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA (PL 5.139 – SUBSTITUTIVO DE 15.09.2009)	439
X – BRASIL. NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.....	457
OBRAS DO AUTOR	461